



Cenário Moveleiro

Análise econômica e suporte para as decisões empresariais

Número 03/2006



Cenário Moveleiro

Análise econômica e suporte para as decisões empresariais

Sintonia Fina no Planejamento Estratégico: tendências macroeconômicas no cenário pós-eleições

Nas edições anteriores do **Cenário Moveleiro (01/06 e 02/06)** foram analisadas as tendências da economia brasileira para o ano de 2007, considerando o cenário da economia mundial, com seu impacto sobre a economia brasileira, e as condições do mercado interno, especialmente no que se refere à perspectiva da demanda por bens de consumo.

Aquelas análises foram feitas em um momento pré-eleições presidenciais. Passadas as eleições, com a recondução de Luís Inácio da Silva à Presidência da República, pode-se estabelecer uma “sintonia mais fina” na avaliação das perspectivas da economia brasileira, com vistas à formulação e monitoramento do planejamento empresarial, enfatizando-se os efeitos sobre a cadeia produtiva moveleira ao longo de 2007.

O debate sobre “soltar mais as rédeas do crescimento”

Nos números anteriores do **Cenário Moveleiro**, a análise foi baseada na projeção de que a economia brasileira manteria o mesmo padrão de gestão macroeconômica que vem sendo adotado desde o ano de 1999, isto é, um regime de metas de inflação, tendo como instrumentos centrais a política fiscal e a política monetária, num contexto de maior liberdade de movimentação de capitais financeiros

internacionais. Este modelo permite uma certa flexibilidade na condução da economia, porque em determinados momentos as metas de inflação podem ser modificadas, tanto no sentido de serem reduzidas quanto de serem ampliadas. Além disso, também podem ser modificados os pesos atribuídos aos instrumentos fiscais e monetários: por exemplo, pode-se controlar mais os gastos públicos e formar um superávit primário mais elevado, permitindo que a taxa de juros seja reduzida (a curto prazo, também pode ser feito o contrário, embora esta opção seja menos sustentável a médio e longo prazo, pois acarreta uma instabilidade na gestão da dívida pública). Por outro lado, também é possível estabelecer padrões diferentes de administração do fluxo de capitais internacionais, reduzindo-se o grau de liberdade na movimentação de capitais, através – por exemplo – de maior tributação sobre os ganhos financeiros. Neste caso, um dos efeitos importantes do controle de capitais seria a redução do ingresso de moeda estrangeira, o que propiciaria uma elevação da taxa de câmbio, estimulando o crescimento via exportações.

É em torno destas questões que se dá o debate travado entre líderes políticos, economistas e empresários, mesmo dentro da base de apoio ao governo. Este debate é o principal “ingrediente” da formação do cenário pós-eleições. A questão central é: “por que não soltar mais as rédeas da economia, permitindo uma maior taxa de crescimento?” Nos primeiros dias após o segundo turno das eleições, alguns pronunciamentos foram mais além, falando-se em fim da “era Palocci”, o que implicaria uma mudança do modelo de gestão macroeconômica.

Diante deste debate “pós-eleitoral”, o Presidente Lula tratou de conter as especulações, reduzindo o potencial de incertezas que poderiam se infiltrar no cenário político e econômico. Deve-se indagar, contudo, quais das possibilidades acima analisadas tem a maior probabilidade de ser implementada, se é que há efetivamente esta probabilidade.

De início, é possível considerar como menos prováveis as alterações ligadas aos controles do fluxo de capitais. Embora sejam tecnicamente viáveis, o fato é que o risco de implementá-las pode ser alto demais para os benefícios esperados, especialmente se for levado em conta o fato de que haveria alternativas com menor potencial de provocar turbulência na economia.

A alternativa de estabelecer metas de inflação mais elevadas, para permitir uma redução mais acentuada na taxa de juros, parece também não ter muita probabilidade de ocorrer. Como têm se verificado taxas de inflação que eventualmente ficam abaixo da meta estabelecida, é possível concluir que a taxa de juros poderia estar mais baixa, se este fosse o único critério adotado pelos membros do COPOM nas análises e deliberações sobre a política monetária. Ao contrário, um dos fatores que têm mantido a taxa de juros real elevada é o fato de que as contas públicas tem apresentado tendências de deterioração, especialmente no que tange à elevação dos gastos correntes, o que acarreta problemas de curto e longo prazo na administração da dívida pública.

Portanto, dada a ligação entre a política fiscal e a política monetária, é mais provável que se ocorrer alguma modificação no sentido de “soltar as rédeas do crescimento”, esta mudança será na relação entre os “pesos” dos instrumentos monetário e fiscal, ou seja, um maior controle fiscal para permitir uma maior redução na taxa de juros real da economia. Entretanto, o maior controle fiscal depende de fatores políticos, que não tendem a ser equacionados num prazo muito curto. Neste sentido, é provável que o primeiro semestre de 2007 ainda apresente um cenário que é a extensão do que já vem ocorrendo na economia brasileira em 2006. No segundo semestre, será possível a implementação mais clara das medidas de controle e a manifestação dos seus efeitos sobre o crescimento econômico, que seriam mais significativamente sentidos no ano de 2008.

Assim, apesar do debate “pós-eleitoral” em torno da condução da política econômica, a avaliação do **Cenário Moveleiro** é de que o quadro de indicadores anteriormente projetado ainda é o mais provável, conforme consta abaixo, embora com uma alteração na projeção da taxa de juros (de 14,50 para 13,50), em função do menor grau de incerteza sobre o atingimento das metas de inflação, o que tem se confirmado no segundo semestre de 2006. Nas próximas edições do **Cenário Moveleiro**, serão abordados aspectos complementares que são importantes para as decisões na cadeia produtiva moveleira, especialmente as tendências com relação à taxa de câmbio e ao consumo no mercado interno. Além disso, tratar-se-á da evolução e das tendências da indústria moveleira no Brasil e, de modo especial, no Rio Grande do Sul.

Cenário Para 2007: Principais Indicadores Macroeconômicos

INDICADORES MACROECONÔMICOS EVOLUÇÃO E PROJEÇÕES					
Indicador/Ano	2003	2004	2005	2006*	2007*
PIB Brasil (var. % ano)	0,54	4,94	2,28	3,5*	3,3*
IPCA - Brasil (var.% ano)	9,30	7,60	5,69	3,87*	4,2*
Taxa de Juros SELIC (% ano)	23,39	16,25	19,06	15,58*	13,50*
Taxa de Câmbio (média anual) (comercial – venda – R\$/US\$)	3,07	2,92	2,43	2,21*	2,25*
Exportações Brasil - FOB (valor US\$ bilhões)	73.084,00	96.475,00	118.308,00	133.700,00*	144.400,00*
Exportações Brasil FOB (var. % ano)	21,08	32,01	22,63	13,01*	8,00*

Fonte: IPEADATA * projeções

